

ENCONTRO NACIONAL ESTUDANTES CANDIDATOS

ao 1º ano das UNIVERSIDADES

- Lisboa, dia 4 de Fevereiro de 1975

AULA MAGNA DA REITORIA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA (15 horas)

DOCUMENTO INFORMATIVO:

1. OBJECTIVOS DO SERVIÇO CIVICO ESTUDANTIL
2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO- CURSOS PREPARATORIOS
3. TIPOS DE TRABALHO E DETECÇÃO DE POSTOS
4. MEIOS MATERIAIS E HUMANOS
5. SOLICITAÇÕES DE TRABALHO EXISTENTES
6. FORMAS DE INSCRIÇÃO E DATAS PROVÁVEIS DE INICIO
7. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL A TODOS OS NÍVEIS, DESDE A ORGANIZAÇÃO ATÉ PROJECTOS DE ACÇÃO
8. ESTUDANTES-TRABALHADORES

NOTA:

Este é um documento base sobre o Serviço Cívico Estudantil.

Pretendemos com este documento introduzir algumas das questões levantadas em torno do Serviço Cívico Estudantil, expondo as várias alternativas colocadas a cada problema, com o fim de permitir uma visão global.

Pensamos que durante o Encontro devem ser apresentadas outras propostas e novas ideias com vista a formular uma posição clara, realista e consequente em relação ao que deve ser na prática o Serviço Cívico Estudantil. Aos estudantes compete tomar uma opção firme e vigilante - de acordo com as suas tradições de luta no passado, e actuais responsabilidades no processo de luta democrática e progressista do nosso povo.

O Secretariado da Comissão pró-UNEP

1. OBJECTIVOS DO SERVICO CIVICO ESTUDANTIL:

A instituição do Serviço Civico Estudantil tem em vista essencialmente os seguintes objectivos:

- a) Assegurar aos estudantes mais adequada integração na sociedade portuguesa e mais amplo contacto com os seus problemas, a par de melhor compreensão das necessidades e carências da população;
- b) Garantir maior harmonização de conteúdo e prática do ensino com as situações concretas da vida nacional;
- c) Contribuir para a combinação da educação pelo Trabalho intelectual com a educação pelo trabalho manual e quebrar o isolamento da escola em relação à vida, da cidade em relação ao campo;
- d) Possibilitar aos estudantes um certo grau de avaliação das escolhas feitas e eventualmente despertar-lhes vocação e interesse por vias profissionais de reconhecido proveito para a colectividade;
- e) Contribuir para a reconversão do sistema de ensino, fomentar o espírito de Trabalho colectivo, incentivar a cooperação entre estudantes e povo Trabalhador, preparar e assegurar a participação dos estudantes nas tarefas da construção da democracia e o progresso do país.
- f) Apoiar a criação de infraestruturas sociais de que o país necessita.

2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

O trabalho estudantil junto das populações, nas suas múltiplas tarefas, exige uma boa organização, na qual não só devem participar os estudantes e trabalhadores, como todas as estruturas associativas, sindicais e estatais, empenhadas na democratização em geral e do ensino em particular.

Pelo que foi dado conhecer através dos relatórios elaborados sobre as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária realizadas pela pró-UNEP, muitas das dificuldades encontradas têm origem (entre outras razões) nas deficiências de organização.

Assim é necessário:

- A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE PREPARAÇÃO DOS ESTUDANTES DE ACORDO COM O CURSO ESCOLHIDO E O TRABALHO A DESEMPENHAR.

W

Cursos abertos a todos os estudantes, em regime voluntário, relacionados com aspectos ligados a PROBLEMAS SANITÁRIOS das populações (estudo de doenças endémicas, construção de esgotos, assistência à criação de infantários e centros de convívio de terceira idade, apoio a hospitais distritais e sub-distritais, campanhas de educação sanitária, etc.)

ligados a PROBLEMAS DE COMUNICAÇÕES E VIAS DE COMUNICAÇÃO (colaboração na melhoria das habitações das populações, abertura e melhoria das vias de comunicação, controle das rendas de casa, inventário de equipamento social existente, electrificação de aldeias rurais, levantamentos topográficos, etc.)

ligadas a PROBLEMAS ECONÓMICOS (levantamento estatístico do país, dinamização de cooperativas de produção e outras, controle de preços, da qualidade de produtos, fiscalização contra o armazenamento e açambarcamento de géneros de 1ª necessidade, fiscalização dos contratos e segurança no trabalho, etc.)

ligados a ANIMAÇÃO CULTURAL (cadastro das condições de funcionamento das escolas e qualidade de ensino, colaboração na incentivação de bibliotecas populares e centros recreativos populares, campanhas de alfabetização, etc.)

Para tal os estudantes devem organizar nas escolas e outros locais, em colaboração com as Associações de Estudantes, Conselhos de Gestão, Ministério da Educação e Cultura, Ministéria do Trabalho (centros de formação profissional), sindicatos, etc, CURSOS DE:

- ALFABETIZAÇÃO

- EDUCAÇÃO SANITÁRIA

- PRIMEIROS SOCORROS

- PUERICULTURA

- NOÇÕES ELEMENTARES DE AGRICULTURA

- COOPERATIVISMO (de consumo, produção, habitação, pesca, e outras)

ELECTROTÉCNIA BÁSICA

- ANIMAÇÃO CULTURAL

ou outros, segundo propostas concretas

Estes cursos podem ter lugar nas instalações escolares nos 3 principais centros universitários (ou outras salas que existam), ministrados por técnicos, professores e estudantes, sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura e da Comissão Coordenado-

ra do Serviço Cívico Estudantil.

Para resolver o problema dos estudantes da província, no que respeita a alojamento durante o período de frequência dos cursos preparatórios ter-se-á de recorrer ao utilização de instalações várias e ao apoio das Forças Armadas. Poder-se-á realizar uma Campanha de Obtenção de Alojamentos, dirigida à população de Lisboa, Porto e Coimbra.

O Governo, através do organismo competente tem de assegurar o apoio didático aos cursos preparatórios, nomeadamente através da publicação de todo o material pedagógico necessário.

3. TIPOS DE TRABALHO E DETECÇÃO DE POSTOS:

É condição essencial que todo o trabalho a realizar pelos os estudantes não colida com o mercado de trabalho, afectado pela crise do desemprego; antes pelo contrário, permitindo aumentar a procura actual de emprego, pelo recurso a trabalhadores especializados.

Ao mesmo tempo deve ser exercida uma firme vigilância pelos trabalhadores e estudantes para que este não seja utilizado, como mão de obra barata, para outros fins.

A participação dos trabalhadores através dos seus sindicatos e delegados sindicais, e do Ministério do Trabalho, assim, indispensável.

Os tipos de trabalho têm de se adaptar às necessidades das populações, às possibilidades de colaboração das Forças Armadas, das autarquias locais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, dos sindicatos, num espírito de trabalho colectivo e progressista.

São inúmeras as solicitações para formação de brigadas de trabalho estudantil, vindas por parte das populações, autarquias locais, comissões de moradores de bairro, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, sindicatos e outras organizações populares, dos pontos mais variados e distantes do país. Muitos dos pedidos têm origem nas necessidades mais prementes das populações e no interesse despertado pelas Campanhas já realizadas por estudantes, de Alfabetização e Educação Sanitária.

O trabalho deve também, tanto quanto possível, satisfazer as preferências dos estudantes relativamente aos trabalhos que existam, sendo de considerar ao mesmo tempo a idade, o sexo e residência familiar, tornando-o atractivo para os estudantes, despertando a sua acção criadora, e de modo a trazer-lhes efectivas vantagens para o estudo futuro.

4. MEIOS MATERIAIS E HUMANOS:

Aos estudantes devem ser assegurados, tanto quanto possível, todos os meios materiais de vida (alojamento, alimentação, transportes, assistência médica, segurança no trabalho, etc.) e humanos (apoio técnico através de especialistas que ajudem a enfrentar as dificuldades e o estímulo ao trabalho, etc.).

Apesar de as populações (como aconteceu em outros momentos) oferecerem e colaborarem na assistência aos estudantes, estes deverão guiar-se pela auto-suficiência, de modo em não as prejudicar. Há que assegurar "had início" a independência e a auto-suficiência material dos estudantes. Para este efeito, através das autarquias locais, Juntas de Freguesias e Câmaras Municipais, deve ser criado e assegurado um subsídio mínimo.

As próprias Forças Armadas, têm neste campo um importante papel a desempenhar.

5. SOLICITAÇÕES DE TRABALHO EXISTENTES:

São muitas as solicitações para a formação de brigadas de trabalho estudantis.

No domínio da ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO SANITÁRIA:

- em muitas localidades do país, como SINTRA, MATOSINHOS, ALVERCA DO RIBATEJO, CHAVES, BUTICAS (trás-ós-montes), ELVAS, CAVACOLHOS, SEIA, GALVEIAS, GUARDA, VILA REAL DE Sto. ANTONIO, MONTE GORDO, ALPIARÇA, ALMEIRIM, VILAR de MAÇADA, ALIJÓ, SABUGAL, ALMADA, ERICEIRA, PRAIA DO RIBATEJO, CHAMUSCA, MONCORVO, PORTALEGRE, ALHOS VEDROS, BARREIRO, S. JOÃO DA MADEIRA, CACÉM, TORRES NOVAS, FARO, GRÂNDOLA, BELAS, CASCAIS, ALCÁCER DO SAL, CAXIAS, VILA FRANCA DE XIRA, etc.

- do Barreiro solicitam estudantes para trabalhar com 5 200 crianças.

- as Juntas de Freguesia de Santa Engrácia, São João e Penha de França em Lisboa, solicitam a colaboração dos estudantes para construção de uma creche num bairro de lata chamado Vale Escuro, que alberga cerca de 6000 pessoas.

No domínio do COOPERATIVISMO:

- o Secretariado do movimento de cooperativas (de consumo, de produção, habitação, agrícolas e pescas) ligado às FORÇAS ARMADAS, solicitou estudantes que voluntariamente desejassem exercer a prática de formação de cooperativas e sua manutenção; muitas das quais criadas face à sabotagem económica dos monopólios e latifundiários). Para tal serão dados cursos pequenos de formação cooperativista, por técnicos especializados. Logo após estes cursos os estudantes serão colocados nos locais necessários. Desde já, como forma de arranque, são solicitados entre 20 e 30 estudantes.

Tem sido ainda solicitadas brigadas estudantis para fiscalização de preços, de controle dos stocks de artigos de 1ª necessidade (contra os açambarcamentos) e à qualidade dos artigos, ao abuso do trabalho das mulheres e dos menores, à segurança no trabalho, etc:.

ETC.

6. FORMAS DE INSCRIÇÃO E DATAS PROVÁVEIS DE INÍCIO:

São várias as opiniões sobre a forma como os estudantes se inscrevem no trabalho e nos cursos preparatórios. Colocam-se várias alternativas, atendendo às dificuldades existentes com a dispersão dos estudantes por todo o país.

Apesar de este problema ser da responsabilidade das autoridades governamentais, nomeadamente do MEC, existem já algumas ideias e sugestões, que podem e devem ser discutidas no ENCONTRO NACIONAL DE CANDIDATOS ao 1º ANO DAS UNIVERSIDADES.

- Inscrição nas faculdades correspondentes à opção dos estudantes relativamente ao curso, através das respectivas Secretarias, mesmo que em condições excepcionais de não poderem ser consideradas inscrições normais. Todo o serviço burocrático estaria a cargo destas Secretarias.

- Formação de 3 centros (ou mais) de inserção correspondentes aos centros universitários, com serviços próprios de Secretaria.

- Inscrições em postos vários, desde as Faculdades, às escolas da província, às autarquias locais, etc., aproveitando os Serviços de Secretaria existentes nesses organismos.
- Inscrições em postos criados a nível dos vários Ministérios, correspondentes ao trabalho que se desenvolva.

Destas alternativas ou outras, os estudantes deverão optar por uma, tendo em conta a necessidade de uma uniformização desta questão a nível nacional, facilitando a coordenação dos trabalhos por todas as estruturas competentes.

Devem ainda ser criados, independentemente do local onde se realizarem as inscrições a nível das faculdades e das regiões, Comissões de Apoio Pedagógico e Técnico, e de informação, com a colaboração dos estudantes e Associações de Estudantes, Conselhos de Gestão, professores, trabalhadores, sindicatos, etc. As próprias Forças Armadas poderão possibilitar a utilização das unidades militares para centros de apoio ao trabalho(?).

PRAZOS E DATAS

O início dos cursos preparatórios e da prática das tarefas a desenvolver é urgente que se verifique no mais curto espaço de tempo, sob pena do resultado dos trabalhos perecerem por falta de tempo, ou então pouco refletirem na ligação das realidades da vida ao ensino e ao estudo.

Assim um prazo máximo de oito a dez dias os cursos preparatórios devem começar a funcionar. Ao mesmo tempo que há que assegurar rapidamente os postos de trabalho em número suficiente ao número de estudantes que finalizaram os cursos de preparação.

Dada a perda de tempo já verificada a S.C.E. e os cursos preparatórios devem iniciarem-se tão cedo quanto possível (Fevereiro-Março).

7. PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL A TODOS OS NÍVEIS, DESDE A ORGANIZAÇÃO ATÉ AOS PROJECTOS DE ACÇÃO:

A participação estudantil em todos os níveis de organização dos trabalhos é indispensável, quer através da colaboração das associações de estudantes (e das que se venham a criar), quer, e fundamentalmente, através dos estudantes candidatos ao 1º ano das universidades, o que implica a formação de estruturas eleitas democraticamente.

Por isso e desde já, neste Encontro Nacional, deve ser constituída uma comissão de estudantes candidatos, com as seguintes atribuições:

- Estabelecer a ligação entre o MEC e o conjunto dos estudantes, informando-os objectivamente do decorrer dos trabalhos, e apresentando as propostas dos estudantes candidatos.
- Assegurar a participação dos estudantes candidatos nas estruturas ou Comissões que a nível do MEC (ou outros Ministérios) se venham a formar.
- Permitir o controle por parte dos estudantes de todo o trabalho a realizar.

De acordo com a opinião dos estudantes e sentindo as suas aspirações o MEC está aberto à participação estudantil, nomeadamente através de propostas concretas e projectos de acção.

8. ESTUDANTES TRABALHADORES

Os estudantes trabalhadores não devem ser considerados do mesmo modo que os estudantes candidatos em geral, na medida em que têm limitações pelo facto de serem estudantes trabalhadores e não poderem deslocar-se para fora dos locais de trabalho.

A sua participação no S.C.E. deve respeitar a sua situação enquanto trabalhadores e no caso de impossibilidade de trabalho no SCE, devem ser considerados em pleno pé de igualdade áqueles que o fizeram, beneficiando das regalias inerentes.

A identidade do estudante trabalhador deve ser confirmada através do cartão (ou documento) do sindicato, ou através de declaração subscrita por, pelo menos, 60% dos trabalhadores do local onde trabalha (proposta de alguns sindicatos).

Esta situação deve se alargar aos estudantes militares e outros que por motivos de saúde não puderem participar no SCE (a estudar caso a caso)

NOTA FINAL:

O SCE só por si não resolve o problema da superlotação escolar e do ensino em geral. São necessárias profundas reformas para modificação do conteúdo, métodos e finalidades do ensino, afim de que este sirva os reais interesses das massas trabalhadoras. São necessárias verbas e disponibilidades próprias ao aproveitamento e construção de novas instalações escolares, recrutamento de professores, regionalização e diversificação do ensino superior, etc. É necessário operar uma profunda reforma no ensino secundário, de acordo com a via escolar única, politécnica.

Entretanto, parece-nos importante reafirmar desde já que a realização do SCE é factor essencial prioritário no ingresso nas universidades, e de que se devem encetar todos os esforços no sentido de assegurar a entrada de todos os estudantes no próximo ano.

Os estudantes participantes no SCE devem gozar dos mesmos direitos que os estudantes universitários e o tempo de trabalho, sob formas a concretizar, deve ser descontado no tempo de serviço militar do